CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0735/81 (PROC. DRECAP 1, Nº 264/81).
INTERESSADO : ESCOLA DE 1º GRAU "BANESPA" - CAPITAL
ASSUNTO : Regularização da vida escolar de JOÃO MARCOS FRAGOSO
RELATORA : Consª. AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO
PARECER CEE Nº 0971/81 CEPG - Aprov. em 17 / 06 / 81

I - RELATÓRIO

A Diretora da Escola de 1º Grau "BANESPA", Curso Supletivo, Modalidade Aprendizagem Comercial, solicitou, em 22/12/1980, às autoridades da 1ª DE, DRECAP - 1, as providências necessárias para regularização de vida escolar do aluno JOÃO MARCOS FRAGOSO, nascido em 02/09/1963, em São Paulo, filho de João Fragoso e Minervina Galdino Fragoso. A irregularidade, que, nessa oportunidade, foi constatada pela escola, consistiu em matrícula indevida, por ocasião, da transferência para a 6ª série do 1º grau, quando o aluno havia sido RETIDO em série anterior, na escola de origem.

A vida escolar do aluno teve duas etapas:

1. Na Escola Municipal de Primeiro Grau "Rui Bloen", de 1970 a 1977, cursou da 1ª a 5ª série, com retenções na 2ª, na 4ª e na 5ª série.
2. Ao final do ano de 1977, quando cumpria novamente a 5ª série, na EMFG "Rui Bloem", requereu matrícula na 6ª série da ESCOLA "BANESPA", mediante apresentação da caderneta escolar que comprovava estar cursando a 5ª série. Foi aprovado, nesse estabelecimento, em exames de seleção para a 6ª série do 1º grau e admitido, pois também havia sido constatado que era carente de recursos econômicos pelo Serviço Social do "BANESPA" (fls. 7). Para fins de matrícula, apresentou Histórico Escolar e Ficha de Transferência adulterados, que o davam como aprovado na 5ª série. Cursou na Escola "BANESPA", de 1978 a 1980, as três séries finais do 1º grau, com promoções sucessivas. Ao providenciar os documentos de transferência do aluno para escola de 2º grau, é que a direção do estabelecimento percebeu a alteração do Histórico Escolar do mesmo.

PROCESSO CEE Nº 735/81 PARECER CEE Nº

0971/81 (fls.2.)

O processo veio a este Conselho, devidamente informado pelas autoridades da rede estadual de ensino. Estes ressaltamos dois aspectos do problema. Primeiramente, a inegável responsabilidade do aluno, menor de idade na ocasião, a respeito do qual se diz: "Tratando-se de Escola que, paralelamente, oferece possibilidades de colocação profissional imediata e sendo o aluno economicamente carente, conclui-se, facilmente, por que não revelou a real situação escolar" (fls. 25). Em segundo lugar, a falta da Escola recipiendária, que, houvesse constatado o erro, poderia impedir que o aluno prosseguisse os estudos (fls. 27), ~~sem~~ correção do documento.

O protocolado veio a este Conselho para que seja regularizada a situação do interessado.

2. APRECIACÃO:

Trata-se de mais um lamentável caso de alteração de documentação escolar, feita por menor de idade, que na ocasião deveria ter aproximadamente quatorze anos. Compreende-se que o menino, proveniente de família de posses reduzidas, estivesse muito interessado em transferir-se para a Escola "BANESPA", cujas vantagens, quanto à profissionalização e ao imediato benefício pecuniário, estão descritas à pág. 13 do processo. É triste verificar que esse interesse o levou à fraude em lugar de estimulá-lo ao estudo. Já temos, em outras oportunidades, feito apelo às escolas para que não permitam que enganos de sua parte original situações cada vez mais difíceis para a administração de ensino, pois no caso presente, como já tem ocorrido, o documento excedido pela escola de origem deixava lacunas facilmente preenchíveis e o que é mais grave, depois de alterado, e "de modo canhestro", foi aceite como bom pela escola recipiendária.

Percebido o engano, três anos após ocorrido, as autoridades opinantes recomendam regularização da vida escolar do jovem, tendo em vista sua pouca idade à época da ação cometida e ter sido aluno esforçado da Escola "BANESPA".

Para fazê-lo, dever-se-ia submeter o aluno a exames especiais dos componentes curriculares em que ficou reprovado na 5ª série, caso não houvessem sido desenvolvidos nas séries seguintes. A consulta aos documentos escolares juntados ao processo, no entanto, convence-nos da inutilidade dessa medida. O aluno, reprovado na 5ª série, por duas vezes sucessivas, em Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Matemática e Ciências e

Saúde, foi aprovado em todas essas disciplinas, nas três séries que cursou na Escola "BANESPA". Esperamos que, assim como superou suas dificuldades escolares, o jovem tenha conseguido desenvolver seu senso moral.

Observa-se que a Escola "BANESPA" merece a atenção das autoridades de ensino, pois repetem-se suas falhas administrativas, como se constata pelos processos CEE nºs 1746/80 e 87/81.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, convalida-se, em caráter excepcional, a matrícula de JOÃO MARCOS FRAGOSO na 6ª série da ESCOLA DE 1º GRAU "BANESPA", desta Capital, no ano de 1978, bem como os atos escolares posteriormente realizados.

Cumpra às autoridades da Secretaria de Estado da Educação - advertir a ESCOLA "BANESPA" por mais uma irregularidade cometida.

São Paulo, 15 de maio de 1981

a) Consª AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO
Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Nobres Conselheiros: Amélio Americano Domingues de Castro, João Baptista Salles da Silva, Honorato de Lucca e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 13 de maio de 1981.

o) Cons. JOAQUIM PEDRO VILAÇA DE SOUZA CAMPOS
Vice-Presidente no exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

AGL/dat. Sala "Carlos Pasquale", em 17 de Junho de 1981

a) Consa MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente